

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Diálogos entre surdez e psicanálise: um porquê, um fazer e uma teoria

Giulia Bodanese Rocha

Porto Alegre

2020

Giulia Bodanese Rocha

Diálogos entre surdez e psicanálise: um porquê, um fazer e uma teoria

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria Gageiro

Comentadora: Prof^ª. Dr^ª. Vera Pasini

Porto Alegre

2020

Agradecimentos

Ao conseguir chegar neste momento de agradecer, percebo quantas pessoas me acompanharam, não só na escrita deste trabalho mas na jornada que foi essa graduação, e pelas quais sou muito grata e possuo um grande orgulho por tê-las comigo. Aos meus pais, Luciana e Marcelo que me possibilitaram estar aqui, me apoiando nas minhas escolhas acima de tudo, nos altos e baixos, sempre com muito amor. À Ana Maria que respondeu ao meu convite para orientação com “seremos uma ótima dupla” e de fato fomos, sou muito grata não somente pela orientação, mas também todo o carinho e a sensibilidade durante este ano em que fomos atropelados pela covid-19, me ajudando a pensar no trabalho possível e do qual tenho muito orgulho de ter construído.

Às que me acompanham desde o colégio, Laura, Giovana, Amanda e Giovanna, que me viram crescer e seguem comigo, compartilhando leituras, conversas, cafés e vulnerabilidades. Ao meu grupo querido da faculdade, Pietra, Paola, Marjorie, Carol, Shay, Luíza, Meiri, Sophia e Thaís, somos muitas e juntas crescemos muito durante esses anos, podemos mudar, seguir rumos diferentes, mas sempre serei muito grata por tudo que passamos juntas. Um agradecimento especial à Pietra, Marjorie e Shay que me ouviram muito falar sobre este trabalho diversas vezes e com toda paciência e amor acolheram minhas angústias e me ajudaram a escrevê-lo.

Resumo

Durante a graduação de psicologia o estudo de libras não é obrigatório, nem é pensado questões específicas à respeito do atendimento psicanalítico com sujeitos surdos. Percebendo essa falta proponho neste trabalho um estudo e reflexão sobre o tema em sintonia com uma entrevista realizada com um psicólogo psicanalista que atende em libras. Com o objetivo de pensar sobre quais as possibilidades dentro da teoria psicanalítica quando a mesma coloca a inserção na linguagem como essencial para nossa constituição como sujeitos e qual a prática de atendimento possível. Para isso disserto por três tópicos, primeiramente o diferente que inquieta, elementos que perpassam quando de frente com a diferença. Em seguida, o percurso para um reconhecimento, em que passamos pelos acontecimentos históricos dos surdos no Brasil e por último uma teoria que se propõe a agregar e uma prática que é possível.

1. Introdução: a pandemia e o trabalho possível

A ideia de fazer a aula de Libras me acompanha desde o início da faculdade. Algo sobre essa língua tão diferente em sua forma sempre pareceu um ótimo jeito de se comunicar de maneira secreta, como espiãs em uma brincadeira infantil com uma língua incompreensível para adultos intrometidos. Uma noção infantil que, de certo modo, reverbera de um lugar que ela ocupa na sociedade. Até o momento que os tempos se alinharam e se tornou possível realizar a disciplina, o primeiro dia de aula foi marcado por fortes sentimentos. Havia um fascínio por aquela língua tão, de fato, diferente, trazendo no corpo, nas expressões faciais as palavras.

Em meu trajeto pela psicologia, tenho cada vez mais me aproximado da psicanálise e, dentro dela, a curiosidade pela palavra, pelo o que e como é dito. Tal interesse coube em meu rosto como lentes que me fizeram pensar como se dá uma teoria tão baseada no que é falado, nos atos falhos, nos chistes e afins em uma prática em que a língua ocorre por gestos. Além disso, as possibilidades quando essa teoria coloca a inserção na linguagem como essencial para nossa constituição como sujeitos. *“Como a psicanálise vê isso? Há uma psicanálise possível?”* compõem algumas das perguntas que passaram pela minha cabeça em um primeiro momento, seguido por um sentimento de raiva e frustração por não ter visto absolutamente nada sobre isso durante meu curso de graduação, pelo fato de Libras não ser obrigatória para todo mundo e nós, estudantes e profissionais de Psicologia, que tínhamos como proposta a saúde e o bem-estar de cada indivíduo, estávamos fechando nossos olhos para toda uma população. O terceiro momento, então, foi a vontade de fazer algo, de estudar. Vesti lentes que guiaram meu olhar em toda aula, em todo texto que lia, sempre pensando e questionando. Esses últimos anos que enxerguei em Libras culminam neste trabalho de conclusão de curso, junto com a minha paixão pela infância e psicanálise, para pensar e trazer a margem para discussão a constituição psíquica, atravessada pela surdez e pelas possibilidades práticas do campo psi.

Engajada com essas questões, comecei a elaborar o primeiro projeto para o meu Trabalho de Conclusão de Curso, o qual foi intitulado durante sua criação como “Como vou falar com ele?: reflexões acerca da constituição psíquica frente à diferença linguística entre um bebê surdo e pais ouvintes”. Uma pesquisa que proporia um encontro com famílias

ouvintes que geraram filhos surdos pretende agir pelo laço social, para poder analisar o próprio. Miriam (2004) aponta o conceito de Lacan a respeito dos laços sociais como laços discursivos, os quais podem se dar sem palavras, mas permanecem carregados de linguagem, abarcando as relações intersubjetivas. Essas relações se constituem de forma plural, pois são atravessadas por diversas singularidades, produzindo, conseqüentemente, diferentes laços sociais e distintos sintomas. A surdez atua como elemento singular que age nos laços sociais, e este trabalho pretendia propiciar um encontro através desta relação analítica.

A amostra seria formulada por conveniência, de acordo com contatos prévios com famílias surdas e uma escola para surdos, contando com a participação de duas famílias, uma em que a criança foi apropriada de Libras e outra em que este aprendizado ocorreu tardiamente. Seria utilizada uma entrevista semiestruturada, que buscaria investigar as relações constituídas frente à diferença linguística entre pais e bebês, assim como o processo de constituição psíquica da criança, levando em conta a importância dada pela psicanálise à inserção na linguagem.

Estava tudo encaminhado para que ele o trabalho passasse pelo Comitê de Ética, a pesquisa fosse realizada e este trabalho finalizado, apresentado e eu graduada no final deste ano. Então, a pandemia chegou. Tal acontecimento me traz a relatar, neste trabalho, que foi possível o que não chegou a ser, pois ambos foram marcados por um evento histórico que segue até o momento da finalização deste trabalho, outubro de 2020, impactando toda nossa sociedade. No começo, era impossível pensar em escrever, os jornais noticiando cada dia o aumento de mortes, todos os estabelecimentos públicos e privados fechando as portas, o isolamento começando, me despindo de todas certezas que tinha. Tudo ficou suspenso no tempo, as aulas estavam paradas, inicialmente pelo que seria “apenas 15 dias”, mas acabou durando meses.

Ainda é difícil escrever sobre o ano de 2020 e a pandemia que vivemos, pois está muito recente em minha mente o medo diário de ser infectado ou infectar o outro. Isolada em casa, sem a certeza de quando iria voltar às aulas ou quando poderíamos retomar algum tipo de normalidade, foi necessário focar minha atenção em algo que poderia controlar. Nesse passo, retornar a este trabalho refletindo sobre o que seria possível dentro da nova realidade foi de extrema importância para mim. Parti, então, para a missão de desenvolver uma nova possibilidade, sem abandonar minhas questões iniciais nem minha empolgação em estudar o assunto.

Busco, desse modo, neste trabalho durante uma pandemia mundial propor um diálogo entre por que creio ser uma discussão importante, a teoria psicanalítica, e a prática possível. Para ir além dos textos, propus ao psicanalista João Victor Jaeger uma entrevista que abasteceria este trabalho com uma experiência prática, apresentando-o com suas próprias palavras:

“Eu sou João Victor, sou profissional psicólogo, fiz a minha graduação pela PUC e depois eu fiz formação em análise pelo Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre, onde eu sigo como membro associado, auxiliando aos seminários de Jacques Lacan. Também participo da instituição Clínica Horizontes na Zona Sul, onde eu participo coordenando os seminários da formação e também tenho um grupo de estudo sobre Jacques Lacan e também dou supervisão para formação e para estágio lá. Essa é a minha trajetória mais formal.” (trecho da entrevista)

Conheci João em uma aula na faculdade no ano posterior ao que realizei a disciplina de Libras e iniciei minhas reflexões. Sua experiência compartilhada na aula foi o último empurrão que eu precisava para decidir, de forma definitiva, que este seria o tema do meu trabalho de conclusão de curso e, também, o meu futuro após a graduação.

“Eu comecei a estudar a Libras em meados de 2014, ali foi quando efetivamente comecei a estudar Libras. Eu já tinha terminado a faculdade e levei adiante, vamos dizer assim, um interesse que começou durante a faculdade. Numa disciplina aqui na PUC, que se chamava Pedagogia Terapêutica, uma das atividades foi feita em grupos e cada grupo tinha que falar sobre algum tipo de deficiência, e aí o meu grupo calhou falar sobre a surdez, deficiência auditiva, e a partir daí eu comecei a estudar um pouco sobre o tema. Conforme eu ia estudando, eu ia também me perguntando como é que funcionava o exercício clínico psicológico com surdos, se existia algum profissional que atendia surdos. Bem, comecei a pensar sobre essa dimensão. Quando eu fui apresentar o trabalho junto com o grupo, eu perguntei para professora se ela conhecia alguém que falava Libras e que atendia surdos. Ela disse que conhecia

um ou dois e na hora eu pensei eu vou ser dois ou três, eu vou ser um desses aí.

Eu guardei essa informação para mim, coincidentemente na mesma época meu irmão e mais três colegas sócios, em função da lei que exigia na empresa que tenha um X de funcionários, tem que ter uma pequena porcentagem de PCD como se chama, de pessoa com deficiência. Meu irmão e mais três colegas de áreas diversas criaram uma empresa para fazer recrutamento e seleção de PCDs, para cuidar dessa pequena porcentagem que as empresas deviam, e nisso eles também tiveram que aprender a língua de sinais. Além de fazer todo processo seletivo e tudo mais, eles também ofereciam módulos de introdução, de informação, sobre o tema em geral e eu, de curioso, fui fazer um módulo de Libras. Eu nunca tinha tido contato com surdo nem com Libras nem com nada. Começou bem por essa curiosidade em relação ao tema, uma vez que comecei a tomar conhecimento sobre ele. Fiz o módulo curtinho, aprendi o básico do básico e aí guardei essa informação e depois me formei e aí comecei a atender e tudo mais. Foi quando entrei na formação que pensei ‘Eu vou levar adiante esse projeto e vou fazer uma clínica com surdos também’. E aí descobri que a duas quadras daqui do meu consultório, tem uma escola especial para surdos, onde eu fui estudar. Em 2014, comecei o curso, demorei acho que uns três anos até concluir. Tive que interromper um pouco e aí fiz um voluntariado na escola como psicólogo, acompanhando tanto um grupo de jovens voluntários quanto assistindo aula da quinta série e para dar uma questão de um olhar e um apoio. E aí fui desenvolvendo a língua, criando um contato com a comunidade surda e, aos poucos, fui me inserindo na cena, até sendo convidado para dar uma aula na UFRGS sobre o tema e aí a coisa começou a tomar outro rumo. Hoje sigo investindo nisso, mantenho também, uma parcela da minha clínica é de pessoas surdas, e é isso aí, isso é um pouco da minha trajetória.” (trecho da entrevista)

Além da entrevista com João, percorremos uma breve revisão teórica dividida em três partes. Para embarcar neste assunto é necessário, primeiro, entrar em uma importante questão, que permeia a lógica deste trabalho. A surdez é uma deficiência, ou uma diferença? Vivemos em uma sociedade que usufrui majoritariamente de linguagem oral. Nossos diálogos, filmes, músicas, poesia são baseados nisso. Pela impossibilidade do sujeito surdo se inserir nesta norma, há uma ideia de uma deficiência, uma perda. Logo, como se trata de uma deficiência, deve ser buscada uma cura, que vem através de implantes cocleares e grandes esforços para que a criança consiga aprender a língua oral. Considera-se esta visão como sendo clínico-terapêutica (Silva, A. B. D. P., Zanolli, M. D. L., & Pereira, M. C. D. C., 2008). Tal perspectiva permeia o desenvolvimento da criança, agindo como um marcador de inadequação. Há diversos mitos que cercam o surdo. Se não ingressam na língua oral ou até mesmo se optam pela língua de sinais, são dados como mudos. Existem diversos níveis de surdez, podendo ser leve, moderada e profunda, sendo que não é todo sujeito surdo que não escuta absolutamente nada, e não é por escutar algo que deixa de ser surdo.

Esclarecendo esses mitos, podemos adentrar o outro lado. O que vê a surdez como diferença vem se fortalecendo com o tempo dentro da ideia de uma cultura surda. O surdo como um sujeito pertencente a uma comunidade, com sua própria cultura, no que se considera uma perspectiva socioantropológica (Silva, A. B. D. P., et al., 2008). Dentro deste contexto, há o nascimento do sujeito surdo, tanto no sentido concreto, quanto no sentido de constituição psíquica. O trabalho propõe-se a pensar possíveis reverberações do nascimento de uma criança surda de pais ouvintes, levando em consideração o impacto do diagnóstico atravessado pelas concepções citadas anteriormente e a diferença linguística de pais e filhos. O diagnóstico de surdez frequentemente se dá de forma tardia, por não ser uma questão física visível e haver uma forte negação da suspeita que surge. Com frequência, o diagnóstico vem somente após dificuldades com a linguagem surgirem.

Estima-se que 10% da população brasileira, cerca de 18 milhões de pessoas, tenham algum tipo de deficiência. Desse total, 15% são surdos, o que significa que o Brasil tem aproximadamente 2,5 milhões de surdos. Por outro lado, 95% das crianças surdas são filhas de pais ouvintes. (Campos Machado Araújo, Cláudia; Broglia Feitosa de Lacerda, Cristina, 2010, pg. 700).

A trajetória que esta criança irá percorrer, como apontaram Tania Mara Sperb e Cláudia Bisol (2010), trará questões outras, como a depressão comum por parte dos pais ao

diagnóstico que resulta de uma forma aberta ou nas entrelinhas em uma dificuldade de troca entre mãe e bebê. A série de hospitalizações que esta criança pode passar, a depressão por parte dos pais e, muitas vezes, a sensação de impossibilidade de se comunicar com este bebê criam riscos no desenvolvimento psicoafetivo e, possivelmente, no restante do desenvolvimento. “A surdez não impede a constituição do aparelho psíquico, mas convoca outros meios para que isso se dê” (Nunes, 2004, p. 65). E para que ela aconteça, a maneira como os pais irão lidar com isso é de extrema importância. Esta realidade concretiza o objetivo deste trabalho em investigar este processo de constituição psíquica, quando há essas diferenças impostas.

2. Desenvolvimento

2.1 O diferente que inquieta

“(…) e a gente começa em um primeiro momento a colocar esse par psicanálise e surdez a gente também, se faz necessário desmembrar as raízes preconceituosas que tem no nosso campo, não só a nível teórico-prático, mas também social, vamos começar por aí.” (trecho da entrevista)

Sendo ouvinte, há uma boa chance de passarmos pela vida sem nunca convivermos com uma pessoa surda, ainda mais levando em consideração a pouca representatividade cultural e social, em locais como na televisão e em figuras públicas. Permanece sendo algo que sabemos que existe, porém flutua em nosso consciente quase como um mito. Quando se depara com a surdez, há um estranhamento, algo do campo do inquietante, ao dar-se conta desta outra subjetividade, outra vivência pautada em uma língua gestovisual e na falta do som, considerado imprescindível para quem é ouvinte. Defrontar-se com o diferente, em amplos aspectos, limitados aqui à questão da surdez, mexe com a gente de uma forma que, muitas vezes, reverbera, em conjunto com a desinformação, em preconceito. Irei mais à frente adentrar o prisma da desinformação, assim como a desconstrução da perspectiva de deficiência, mas, primeiramente, me questiono aqui de que ordem é esse estranhamento. Reflito com base em minha própria vivência, como estudante de Psicologia e pelas experiências que tive estudando Libras e participando de projetos de inclusão com surdos e ouvintes, e busco dar sentido em conjunto com o texto de Freud (1919) O inquietante. Para poder escrever sobre e tentar relacionar com a questão que ora apresento, li três diferentes

versões deste material, com três nomeações diferentes, “o estranho”, “o inquietante” e “o infamiliar”. Optei por utilizar “o estranho”, apesar de que todas as versões impactaram no meu pensamento e na minha escrita.

Nesse texto, Freud (1919) articula uma evolução de sua compreensão do que é o estranho, inquietante em algumas traduções, algo atemorizante, que se identifica com alguma coisa muito familiar, ainda que reprimido e recalcado, mantendo-se afastado da consciência. Ainda sobre o estranho:

Em primeiro lugar: se a teoria psicanalítica está certa quando assevera que todo afeto de um impulso emocional, de qualquer classe que seja, se transforma em angústia por obra da repressão, entre os casos daquilo que provoca angústia, deve haver um grupo em que se possa demonstrar que esse angustiante é algo reprimido que retorna. Esta variedade do que provoca angústia seria justamente o inquietante, sendo indiferente se em sua origem fora algo angustiante ou então se foi substituído por algum outro afeto. Em segundo lugar: se esta é, na verdade, a natureza secreta do inquietante, podemos compreender que os usos da língua tenham transformado o "Heimliche" {o "familiar"} em seu oposto, o "Unheimliche" (...), pois este inquietante não é efetivamente algo novo ou alheio, mas sim algo há muito familiar (Freud, 1919, pg. 268-269)

Freud recorre bastante em seu escrito a significados gramaticais e etimológicos, em diversos idiomas. Pensando em uma simples definição de dicionário, estranho é explicado como o que é de fora, externo, estrangeiro, e o quanto isso gera sentido quando trazemos à discussão a diferença e a margem que os surdos são postos quando o domínio cultural e social se baseia em uma lógica ouvintista. É tão estranho, tão externo que se torna necessário falarmos sobre inclusão (um esforço que, ainda assim, encontra muita resistência). Ainda pensando no dicionário, quando se busca em antônimos de estranho, temos o conhecido, algo sobre o qual se tem conhecimento, experiência e vivência, e é esse conhecido que busco elucidar neste trabalho.

Partindo disso, são discutidas na literatura duas perspectivas frente à forma de encarar a surdez e o sujeito surdo, visão clínico-terapêutica, a qual percebe a surdez como doença, ou deficiência que precisa ser curada, e a visão socioantropológica, que vê a surdez como uma diferença a ser respeitada, o sujeito surdo pertencente de uma comunidade com uma cultura própria (Silva, A. B. D. P., et al., 2008). A perspectiva clínica encontra-se bastante difundida

no senso comum, no sentido de que muitas pessoas responderam como se fosse algo óbvio a pergunta “a surdez é deficiência?” com um sim. Desde reportagens nos jornais a vídeos virais de bebês recebendo o implante coclear, o caminho a ser buscado para a integração na sociedade é a cura dessa deficiência, o preenchimento dessa falta.

Muito se fala de atrasos no desenvolvimento e outras questões ligadas, e provocadas, pela surdez na infância, as quais se busca curar por implantes, oralização. Ao longo deste trabalho, irei discutir mais sobre a questão da constituição psíquica e da importância da linguagem, mas nesta parte inicial, apresento, para provocar a reflexão acerca do que descrevi até agora a respeito da reação familiar diante do diagnóstico, o trabalho de Angélica Bronzatto de Paiva e Silva, Maria de Lurdes Zanolli, Maria Cristina da Cunha Pereira (2008) no artigo “Surdez: relato de mães frente ao diagnóstico”. A surdez não é algo visível. Por conta disso, muitas vezes, o diagnóstico se dá próximo ao primeiro ano de vida, quando os pais começam a notar que o bebê não responde a estímulos auditivos e ocorrem outros atrasos no desenvolvimento. No artigo “Surdez: relato de mães frente ao diagnóstico”, é discutido o recebimento deste diagnóstico pela família, e as autoras organizam etapas, que perceberam em seus resultados, da reação frente ao diagnóstico.

Majoritariamente, a reação inicial era de descrença, os pais negavam a notícia e insistiam em realizar mais testes e outras possibilidades. Em seguida, há o luto, o luto daquele bebê ideal. Há desde o começo, um começo discutível, viria desde a primeira ideia dos pais de como seriam seus filhos, desde a concepção ou gestação? O fato é que existe uma expectativa idealizada de como será este sujeito que nascerá nesta família, quais serão suas características, habilidades, jeitos e trejeitos. Este bebê ideal criado sempre permanecerá sendo isso, um ideal. Estamos fadados a romper as expectativas de nossos pais. Entretanto, quando existe algo no corpo, no físico que, desde o começo, coloca limitações, há uma forte quebra dessa idealização.

(...) alguns pais fingirão alegria e bem-estar, querendo provar à família e aos amigos que são fortes e estão preparados para o que vier, que amam o filho independentemente de sua incapacidade, e que a vida para eles seguirá em frente. Contudo, esses pais estão sufocando a sua dor, o seu desespero, tentando manter sob controle as suas lágrimas. Na realidade, esses pais estão passando por um período de inércia emocional, de existência robotizada. (Silva, A. B. D. P., et al., 2008, pg. 181)

A aceitação que se segue nesse processo é primordial para o desenvolvimento da criança, sendo passando por esta tristeza e indo atrás do que é possível fazer, ou, não conseguindo aceitar plenamente, “afirmam que até esquecem que a filha é surda, demonstrando, assim, não terem conseguido se adaptar de fato à surdez do filho” (Silva, A. B. D. P., et al., 2008, pg. 181). Abordo esta questão entrelaçando a perspectiva clínica, a crença da surdez como algo incapacitante para o desenvolvimento pleno e a reação dos pais frente ao diagnóstico, para ressaltar que:

As tarefas que [a criança surda] deve superar no começo não diferem substancialmente das que enfrentam as outras crianças e, se bem que a surdez afeta as experiências da vida, não limita sua inteligência nem sua capacidade de resposta emocional, e de desenvolvimento e maturação normais. (Altshuler, 1977 como citado em Bisol, C., & Sperb, T. M., 2010, pg.8)

Mas que, para isso, é fundamental a perspectiva que perpassa o olhar familiar e social, e nesse ponto trago a outra vertente, a visão socioantropológica, desenvolvida na década de 1970 e também conhecida como modelo cultural de surdez. Este modelo “propõe que a surdez seja vista como uma diferença cultural que seria basicamente análoga a de outras minorias étnicas e linguísticas” (Bisol, C., & Sperb, T. M., 2010, pg.8). Em seguida, irei adentrar no contexto histórico do movimento e o modelo cultural, mas, para finalizar esta parte:

Ser Surdo (com “S” maiúsculo) é reconhecer-se por meio de uma identidade compartilhada por pessoas que utilizam língua de sinais e não vêem a si mesmas como sendo marcadas por uma perda, mas como membros de uma minoria linguística e cultural com normas, atitudes e valores distintos e uma constituição física distinta. (Bisol, C., & Sperb, T. M., 2010, pg.8)

2.2 Percurso para um reconhecimento

Falar sobre surdez é também falar sobre política e o movimento social que percorreu um caminho histórico, buscando a reivindicação de direitos básicos, a oficialização de Libras como língua oficial e o reconhecimento da cultura e identidade surdas. Traço, então, uma retomada histórica do movimento surdo no Brasil, desde os primórdios até a instituição da Lei nº 10.436, a qual reconheceu a Libras como língua oficial dos surdos e as questões que seguiram após essa conquista. Primeiramente, para nos aprofundarmos nessa história, há um mito que necessita ser desmistificado. Existe, no senso comum, um ar dúbio sobre o que é a Libras, uma linguagem, gestos, uma língua. A Libras é uma abreviação para língua brasileira

de sinais, ressaltando o *língua*, de modalidade gestovisual, ou seja, a informação é transmitida através de gestos e expressões faciais, percebidos pela visão, diferentemente do português, que é uma língua oral-auditiva. A Libras possui sua própria estrutura gramatical, com níveis fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático.

Para tu falar uma língua de sinais tu precisa usar cinco elementos, sem ordem de prioridade. Um deles é a configuração de mão, é o que é o jeito que a tua mão vai estar posicionada, pode ser assim, pode ser assim, as letras do alfabeto. Para cada letra tem uma posição de mão, a b c d e, mas as configurações de mão elas vão mais longe do que o alfabeto e se eu não me engano, as configurações de mão da Libras já são 63. Então esse é um elemento. O segundo elemento é onde no espaço tu vai posicionar o teu sinal, se vai ser na cabeça, onde na cabeça, posso botar no nariz, no olho, na testa, no ouvido, na bochecha ou em cima da cabeça ou embaixo da cabeça, que nem o sinal para ruim ou bom, ou perfume, ou França, e ok tem um local a configuração de mão. O terceiro é se existe algum tipo de movimento na mão, tipo essa configuração abre e fecha ou treme também é uma possibilidade, tecnologia, eu pego essa configuração de mão e faço esse movimento. O quinto elemento é a expressão facial ou corporal. Aqui a gente cobre os cinco elementos para construir um sinal, esse que eu tô fazendo aqui é o mesmo sinal para sábado e o mesmo sinal para laranja tanta fruta quanto a cor e sábado é o mesmo sinal. “Ah João, mas então o mesmo sinal pode dizer coisas diferentes?”, sim, tão quanto no português olha só, a gente não tem a manga da camisa e a manga fruta? Então só aí né, a gente já quebra um pouco o misticismo que é a língua de sinais. Tá, então esses cinco elementos, qualquer um desses elementos que eu tô trazendo, podem sofrer alguma alteração e se ocorrer alguma alteração, tu vai estar fazendo outro sinal ou um sinal que não existe. Do mesmo jeito vamos dizer assim, aqui pode tomar aproximação que é, as palavras, se a gente pega uma palavra e quebra ela em sílabas, é mesma coisa vamos dizer assim, aproximado que eu pegar um sinal e quebrar ele nesses 5 elementos e, depois, ainda posso quebrar

a sílaba letra ou posso quebrar a palavra na prosódia, onde é que eu vou colocar o acento da palavra, Mudando isso, muda o significado da palavra, a mesma coisa os sinais, então muito falho ou um xiste, que no português acontece uma transformação da letra ou da sílaba ou de posicionamento dentro de um texto, na língua de sinais também. Mas como a gente não opera com o som, a gente opera com sinais, esses cinco elementos são os equivalentes, vamos dizer assim, aquilo que seriam as mínimas parcelas de uma palavra. (trecho da entrevista)

Ao passo que temos isso colocado atualmente, voltando para sua origem a Libras, assim como o português, teve seus princípios no latim. Ela veio de uma grande influência da língua de sinais francesa: “Os primeiros passos de libras aqui no Brasil foram com o alfabeto manual, de origem francesa, os próprios alunos surdos vindos de vários lugares do Brasil, trazidos pelos pais, difundiram essa novidade onde viviam” (de Almeida, M. P., & Almeida, M. E., 2012, pg. 316), assumindo aqui suas características próprias. Anteriormente, as crianças surdas eram mantidas escondidas, renegadas a rótulos como “burra” e “deficiente mental”. As tentativas de comunicação por gesto eram mal vistas e esses indivíduos eram mantidos isolados da sociedade (Campello, A. R., & Rezende, P. L. F., 2014).

Mudança começaram a serem feitas em 1835 com um projeto de lei, que foi negado, e que buscava dar a oportunidade de criação de cargos de professores voltados a cegos e “surdo-mudos”, proposto pelo deputado federal Cornélio Ferreira. Curiosamente, mudanças começam a ocorrer quando Dom Pedro II, motivado por questões pessoais, o filho surdo da Princesa Isabel, trouxe ao Brasil, no ano de 1855, um professor surdo francês chamado Eduard Huet, que já trabalhava na França com a educação de surdos, para iniciar aqui a primeira escola para surdos (Ramos, C. R., 2004). Ele lecionou durante o ano de 1856, desencadeando o deslocamento do local de incapazes que os surdos ocupavam, e no ano de 1857, mais especificamente no dia 26 de setembro, no Rio de Janeiro ocorreu a inauguração da primeira escola para surdos, chamada de Instituto de Educação dos Surdos (INES).

O INES funcionava como internato e recebia surdos de todo país. Foi dentro dela que diversas organizações iniciaram, e o seu Grêmio Estudantil ocupava um importante lugar na história do movimento sociopolítico surdo (Monteiro, M. S., 2006). Foi a partir de alunos desta escola que, em 1873, foi lançado o documento “Iconographia dos Signaes dos

Surdos-Mudos”, da autoria de Flausino José da Gama, um marco importante para a língua de sinais brasileira, tendo seu primeiro registro dos sinais por ilustrações (Ramos, C. R., 2004).

Os desenvolvimentos que aconteciam no Brasil em prol do ensino dos surdos pela Libras refletiam também o cenário internacional. Os Estados Unidos, por exemplo, começaram o ensino pela ASL (língua de sinais norte-americana) no ano de 1821, o que levou à completa disseminação dela nas escolas para surdos no ano de 1835, garantindo que as crianças conseguissem progredir muito mais no meio acadêmico e profissional. Tal prática aconteceu em diversos países, pela América e pela Europa; entretanto, em oposição a esta evolução, em 1880 ocorreu o Congresso de Milão, em que a língua de sinais passou a ser banida da educação dos surdos (Ramos, C. R., 2004). Este retrocesso se refletiu nas escolas brasileiras, quando, em 1881, houve um retorno à prática do oralismo e o banimento da Libras, a qual voltou a ser vista como algo errado, mas que não deixou de ser praticada secretamente entre os alunos, que a mantiveram viva dentro do INES (Monteiro, M. S., 2006). Tentativas de perpetuar a Libras seguiram sendo feitas, como a publicação, em 1969, de um pequeno dicionário de libras feito por um missionário norte-americano, chamado Eugênio Oates (Ramos, C. R., 2004).

O movimento surdo começou a retomar entre as décadas de 1980 e 1990. Tal ato foi possível dentro do momento em que o Brasil estava vivendo na época, com a expansão de diversos movimentos sociais de minorias que se organizaram em coletivos para buscarem seus direitos, em especial a organização nacional criada em 1986, a Coordenadoria para Integração de Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). A CORDE exerceu um papel fundamental na perpetuação do movimento social surdo ao reconhecer a FENEIS, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, criada um ano antes, como porta-voz dos surdos brasileiros, expandindo os recursos da mesma nesta causa (Brito, F. D., Neves, S. L. G., & Xavier, A. N., 2013). Além da FENEIS, o movimento se constitui com a participação de sujeitos surdos e seus familiares, grupos como a Companhia Surda de Teatro e até mesmo o Grêmio Estudantil do já citado INES, todos juntos, mesmo com suas diferenças, em prol da identidade surda e visando como objetivo à lei de Libras.

Esta identidade coletiva deu significado às ações coletivas do movimento social surdo e também possibilitou que seus membros produzissem coletivamente novos códigos culturais, rompendo os limites existentes no campo dos sistemas cultural e educacional hegemônicos, cujos parâmetros inferiorizavam a língua de sinais por meios mais ou menos sutis, isso quando não se estruturavam abertamente de modo contrário à sua existência, cerceando sua utilização pelas pessoas surdas,

como acontecia nas instituições escolares oralistas. (Brito, F. D., et al., 2013, pg. 68-69)

No início dos anos 1990, principalmente a partir do ano de 1993, pode-se pensar em duas diferentes linhas discursivas dentro do movimento que coexistiam e se complementavam. Uma defendia primariamente o “direito das pessoas surdas à cidadania, por meio da integração social, da educação, do acesso à informação, correlacionado ao direito ao acesso aos serviços prestados pelas instituições públicas e privadas” (Brito, F. D., et al., 2013, pg. 79), podemos nomear em termos de uma batalha pelos direitos. E outra, que deu nome a diversas manifestações, o orgulho surdo com uma “configuração discursiva da surdez como particularidade étnico-linguística” (Brito, F. D., *et al.*, 2013, pg. 70), em uma visão que emerge com progressiva potência e enfatiza a identidade coletiva do movimento surdo.

Para essa vertente progredir, ocorreu uma parceria entre ativistas e acadêmicos que estudavam Libras, dando a ela um caráter científico e, como consequência, validando-a. Estes estudos ocorreram, e ainda acontecem vide este trabalho, em diversas universidades e em vários eventos, como:

II Congresso Latino Americano de Bilinguismo: Língua de Sinais/Língua Oral, ocorrido em setembro de 1993, na UFRJ, no Rio de Janeiro, onde Ferreira Brito (2003) destaca que ocorreu, em 1995, o I Seminário Latino-Americano de Linguagem e Surdez, realizado por iniciativa do Laboratório de Linguagem e Surdez, da UFRJ, e do Grupo de Trabalho Linguagem e Surdez, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll). Ana Lodi refere-se ainda ao I Congresso Ibero-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, em 1998, em Lisboa, enquanto Monteiro (2006) realça o V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos, organizado pelo Nuppes, em parceria com a Feneis-RS, na UFRGS, em abril de 1999. (Brito, F. D., et al., 2013, pg. 85)

Retornando um pouco no tempo, há acontecimentos marcantes para a constituição do caráter identitário do movimento, como a aprovação de um novo logotipo da FENEIS em uma assembleia em Curitiba/PR, em 1994. “Ele mostrava o ‘sinal FENEIS’ – os dedos indicadores e os dedões de duas mãos ligados – por sobre o mapa do Brasil, simbolizando um Brasil onde as pessoas surdas uniram-se em busca dos seus objetivos comuns.” (Brito, F. D., et al., 2013, pg. 82). Isso se mostra importante quando refletimos o quão distinto é do símbolo internacional da surdez, o desenho de uma orelha com uma barra diagonal

cortando-a, tornando-se um símbolo de um novo paradigma, desta vez mais do que relacionado à surdez, relacionado também à luta pelo reconhecimento da Libras (Brito, F. D., et al., 2013, pg. 82). No mesmo ano, em prol dos direitos e da lei de Libras, ocorreu a passeata “Surdos Venceremos” , no Rio de Janeiro.

Nesta passeata, os surdos estavam dando visibilidade à insatisfação com o modelo médico da surdez que enquadrava as políticas e práticas das instituições públicas e privadas que prestavam atendimento aos surdos. Os surdos, ao serem eles mesmos os sujeitos desta manifestação coletiva, também confrontavam a visão assistencialista e os seus apelos à caridade e à pena. Marchando em Copacabana, eles não reivindicavam compaixão ou bondade social, mas, sim, o reconhecimento de suas diferenças na elaboração das políticas públicas e na oficialização da libras. (Brito, F. D., et al., 2013, pg. 78)

Com cada vez mais força, o movimento se expandia em busca da lei de Libras. Para organizar essa campanha em 1995, também no Rio de Janeiro, criou-se o Comitê Pró-Oficialização de Libras, composto por ativistas e simpatizantes de outras áreas do conhecimento, como fonoaudiologia e sociologia (Brito, F. D., et al., 2013).

Portanto, a defesa da oficialização da língua de sinais ainda se fundamentava, preponderantemente, no direito das pessoas surdas à cidadania, por meio da integração social, da educação, do acesso à informação, correlacionado ao direito ao acesso aos serviços prestados pelas instituições públicas e privadas, por meio da provisão de intérpretes. (Brito, F. D., et al., 2013, pg. 83)

No ano seguinte, os resultados começaram a surgir com o projeto de lei número 131, que permaneceu seis anos em trâmites legais. Durante esse tempo, seguiu-se lutando, organizando eventos e abaixo-assinados para garantir que o projeto fosse aprovado. Nesse período, as atividades municipais e estaduais contribuíram para que, aos poucos, se chegasse ao objetivo. No mesmo ano, abriu-se um escritório da FENEIS na cidade de Porto Alegre, e, ao mesmo tempo, iniciou-se, dentro do “Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS) um grupo de educadores envolvidos na Educação de Surdos, entre eles, a primeira acadêmica surda a participar de um Curso de Mestrado no país.” (da Silva Thoma, A., & Klein, M., 2010, pg. 110-111). Isso,

dentro da lógica colocada desde o início com a aliança entre ativistas e acadêmicos, gerou grandes impactos, principalmente pelo advento do documento “A educação que nós surdos queremos”.

Concomitantemente a isso, ingressa no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS) um grupo de educadores envolvidos na Educação de Surdos, entre eles, a primeira acadêmica surda a participar de um Curso de Mestrado no país. Esse grupo, juntamente com o seu professor orientador, cria o Núcleo de Pesquisa em Políticas Educacionais para Surdos (NUPPES), com o objetivo de potencializar pesquisas no campo da Educação de Surdos, tendo como característica predominante a articulação entre pesquisadores/universidade e os movimentos surdos. Entre os diversos projetos de pesquisa e de extensão que se organizam nesse espaço acadêmico, podemos enumerar a realização de cursos de formação de professores e intérpretes, de fóruns permanentes de discussão e proposição de políticas, bem como a realização do V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, no ano de 1999.

Os temas discutidos durante os dois dias de encontro foram: Políticas e Práticas Educacionais para Surdos; Comunidades, Culturas e Identidades Surdas; e Profissionais Surdos. Todos esses pontos foram registrados no Documento intitulado A Educação que nós surdos queremos (FENEIS, 1999), que se tornou referência para a discussão de políticas educacionais para surdos no Brasil e embasou a discussão de projetos político-pedagógicos de várias escolas de surdos no país. (da Silva Thoma, A., & Klein, M., 2010, pg. 110-111)

Após anos de luta, no dia 24 de abril de 2002 foi, finalmente, aprovada a Lei Ordinária Federal nº 10.436, a qual reconhece oficialmente a língua brasileira de sinais como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas do Brasil (Brito, F. D., *et al.*, 2013). Foi uma grande vitória do movimento, porém não é o ponto final dessa história. A luta pelos direitos e pelo reconhecimento continuou ao longo dos anos e está viva até hoje. Dois anos após a aprovação da lei, aconteceu a criação da Confederação Brasileira de Surdos (CBS), que segue nesse percurso. Importantes eventos foram promovidos para se pensar as necessidades atuais da comunidade surda e os objetivos que ainda precisam ser alcançados. Em 2005, ocorreu a II Conferência dos Direitos e Cidadania dos Surdos do Estado de São Paulo com esse propósito e nasceram dela novas reivindicações:

1. LIBRAS - Garantir o reconhecimento, nas mais diversas instituições sociais, da língua de sinais brasileira (LIBRAS) como língua própria da comunidade surda no Brasil;
2. CULTURA SURDA - Ressaltar a importância de construção de uma identidade positiva para a pessoa surda, e promover o debate sobre as especificidades dos comportamentos e valores culturais surdos;
4. FAMÍLIA - Destacar a importância de programas governamentais que orientem os familiares ouvintes de surdos, no sentido de desmistificar a visão patológica da surdez e de incentivar o seu aprendizado da língua de sinais;
5. COMUNICAÇÃO - Assegurar as possibilidades de acesso efetivo da comunidade surda a todas as fontes de informação existentes em nossa sociedade;
6. INTÉRPRETE E GUIA INTÉRPRETE DE LIBRAS - Reivindicar o reconhecimento da profissão de intérprete e discutir as necessidades para o aprimoramento profissional nesta área;
7. ASSOCIAÇÃO E ESPORTE - Destacar o papel das associações de surdos no fortalecimento político e cultural da comunidade surda; promover a importância da prática de diferentes modalidades esportivas pelos surdos;
8. ORIENTAÇÃO SEXUAL E DROGAS - Promover o debate, na comunidade surda, sobre temas socialmente estigmatizados como orientação sexual e drogas, a fim de evitar a disseminação de doenças e vícios prejudiciais entre surdos;
9. DIREITO DA MULHER - Promover a conscientização entre o público surdo feminino sobre a luta pelos direitos da mulher;
10. SURDOCEGO E DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA - Discutir as necessidades peculiares de surdoscegos e de surdos com as chamadas múltiplas deficiências;
11. MENOR - Debater problemas específicos e soluções práticas referentes à condição do surdo menor de idade;
12. DIREITOS E DEVERES - Promover a conscientização da comunidade surda sobre os deveres que, juntamente com os direitos, acompanham qualquer conquista de cidadania. (CONDICISUR, 2005 como citado em Brito, F. D., et al., 2013, pg. 89)

Para garantir a continuidade desse diálogo e marcar a importância dele seguir, estipulou-se, no dia 29 de outubro de 2008, a Lei Federal (Lei 11.796), instituindo, no Brasil, a data de 26 de setembro como sendo o Dia do Surdo (Brito, F. D., et al., 2013). Um pouco mais tarde, no ano de 2011 foi criado o movimento Setembro Azul como um espaço para conectar todos os fronts em prol de discussões sobre o cenário atual e as necessidades da comunidade (Brito, F. D., et al., 2013). No marco de 10 anos da Lei Ordinária Federal nº

10.436, na Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em Brasília, aconteceu novamente um espaço para se discutir o que foi conquistado nestes anos e o que está reservado para o futuro.

Decorridos 10 anos, é possível perceber uma trajetória em que foram registrados avanços, resistências e até mesmo estagnação às vezes. Em alguns momentos de encontros entre lideranças surdas, muitas vezes, são sinalizados sentimentos de nostalgia e decepção pela mudança no ritmo das lutas dos movimentos surdos. Muitos desses líderes entendem que o momento histórico, as configurações políticas, sociais e culturais interferem nas pautas e nas possibilidades de articulação do povo surdo. Em dado momento, as lutas eram mais unificadas e, por isso mesmo, indicavam maior mobilização – a reivindicação pela oficialização e regulamentação da Libras é um exemplo disso. Porém, o povo surdo não é homogêneo, nem o são suas aspirações; por isso, as lutas pulverizam-se, fragmentam-se, ressignificam-se. A oficialização da Língua Brasileira de Sinais significou uma unanimidade nos movimentos surdos, mas, nesta última década, as pautas da comunidade surda vêm-se reconfigurando, sendo que as discussões relativas às políticas educacionais ganharam contornos de possibilidades de reafirmação de iniciativas de mobilização do povo surdo. (da Silva Thoma, A., & Klein, M., 2010, pg. 112)

A experiência proporcionada pela surdez, da comunicação por sinais e pelo olhar, leva à construção de uma identidade e de uma cultura surda. Logo, ser surdo não se trata de uma falta, mas pela diferença. A importância da relação entre surdos, da identificação com o outro e o reconhecimento de compartilhar e pertencer a uma cultura, com sua própria multiplicidade e diversidade. Espaços como uma escola de surdos são importantes para esse encontro, diferentemente de um processo de inclusão, em que um surdo estaria rodeado de ouvintes, cercado pela noção de falta, por estar atrás do que naquele espaço se considera o padrão. Quais são as reais possibilidades de inclusão?

Já mencionei brevemente a falta de representatividade cultural e social na mídia de amplo acesso, com essa falta e com o movimento de busca ao reconhecimento da surdez como uma diferença e não deficiência. Há diversos meios em que essa cultura se expressa, porém permanecem à margem. A identidade não se restringe a ser surdo, assim como a nossa não se restringe a ser ouvinte, por mais que tal diferença gere uma outra forma de olhar e perceber o mundo, ainda compartilhamos a singularidade.

2.3 Uma teoria que se propõe a agregar e uma prática que é possível

“Como posso dizer, psicanálise e surdez... Depois que eu comecei a me inteirar do tema, desde que alguém me pergunta de qualquer coisa em relação com a surdez, eu, porque não acho que seja a psicanálise com a surdez, acho que seria psicanálise com libras, com a língua de sinais e compreendendo que a língua de sinais é uma língua tal qual qualquer outra, a gente fazer esse deslocamento psicanálise e surdez, psicanálise e libras, a mesma pergunta poderia ser feita psicanálise e português, quais são as interlocuções, ou psicanálise ouvintismo, os ouvintes, quais são as relações.” (trecho da entrevista)

O que iniciou este trabalho para mim foram duas indagações que fiz ao longo do semestre em que cursei a disciplina de Libras, assim como uma aula intitulada Linguagem e Psicanálise. Nesta última parte do trabalho, após dissertar um pouco sobre a nossa relação com o diferente, em que já dei algumas pinceladas do que irei trazer agora, e a trajetória do movimento surdo e da Libras no Brasil, busco unir essas primeiras indagações com a minha trajetória acadêmica e com o estudo que realizei ao longo deste trabalho. São elas: *se é pela linguagem que nos constituímos sujeitos, como se dá quando mãe e filho possuem línguas diferentes* e *se psicanálise é a cura pela palavra, qual a prática possível pelo sinal*. Ambas as indagações evoluíram e adquiriram novos significados que me fizeram buscar além da teoria. Tentando conhecer pelo compartilhamento da experiência com o psicanalista João Victor Jaeger, nossa conversa respondeu a algumas perguntas e criou outras. Tentarei explicar até onde elas me trouxeram até o momento, sem pretensão de dar respostas, mas sim de perpetuar o ciclo de novas indagações e novas possibilidades de pensar.

A linguagem é muito cara à psicanálise, ao passo que diversos teóricos dialogam com a área da linguística e teorizam sobre o seu papel fundamental para a entrada no universo simbólico e para a constituição do sujeito. Jerusalinsky (2007), na transcrição de sua fala originária em “Jornadas da Criança que não fala”, em 1986, apresenta uma importante diferenciação entre a fala e a linguagem, sendo a linguagem preexistente à criança, que creio ser fundamental para tentarmos compreender a primeira indagação que abordo. Parto da leitura de diferentes autores, muitos dos quais se baseiam em Jacques Lacan, o que é

pertinente – creio eu –, levando em conta que ele “formulou a base de sua concepção de estrutura psíquica a partir da linguística” (Mattos, 2008, pg.41).

Quando Lacan trabalha o conceito freudiano de pulsão com os significantes da linguística saussuriana, formaliza o modo pelo qual a pulsão mesma vai sendo construída em cada caso a partir do Outro, que escreve sobre o corpo do infans. A estrutura da linguagem encarna-se na ontogenia por obra e graça das ações do Outro real, sem necessidade de recorrer ao mito de uma transmissão hereditária. Deste modo, há herança e há transmissão, mas transmissão que se efetiva desde o registro simbólico antes mesmo de que o corpo vivo se aproprie da palavra. (Coriat, 1997, pg. 153)

Desde o momento em que o bebê é gestado, ele passa a ser imaginado, suposto pela família que o aguarda. Ao nascer, espera-se que ele seja olhado por essa família, que se dirija a ele e suponha ali um sujeito. Uma forma um tanto simplista de colocar, então pensando mais profundamente, a ação de falar pode ser esperada em torno do segundo ano de vida da criança, mas essa possibilidade se dá por um processo que se inicia no nascimento e segue durante todo o primeiro ano de vida (Mattos, 2008). A mãe fala com seu bebê, muitas vezes em um tom musical, que se pode chamar de ‘manhês’, e mais do que falar com ele, ela supõe em suas ações significados e as interpreta de volta a ele, e é por esse caminho que “dá sentido às suas angústias, experiências e sensações corporais, para advir a fala simbólica, que pressupõe a separação entre o símbolo e a coisa simbolizada, entre o eu e o outro” (Mattos, 2008, pg. 47).

É no espaço da falta possibilitado pela mãe, após a repetição de uma presença, que o eu pode começar a surgir, quando o bebê grita faminto e sua fome não é saciada imediatamente, quando a mãe fala com ele e dá-lhe espaço para responder, são em momentos como esses que se inicia uma diferenciação e surge a possibilidade de ser sujeito.

A linguagem é, antes de tudo, investida pela criança como massa sonora indiferenciada em si mesma, das coisas, do corpo da criança e da mãe. Os sons se assemelham a representações de coisas. Os sons e os jogos de boca da mãe indicam a mãe-ambiente. A criança introjeta a boca falante da mãe mas esta introjeção somente é possível, porque a mãe sentiu prazer em falar e ouvir essa criança, foi capaz de receber, conter seus sons e metabolizá-los, dando-lhes um sentido. Esse período corresponde à expansão narcísica da criança que se beneficia da magia verbal, em que

a onipotência da criança se realiza. Mas, na medida que a criança cresce, a mãe se impõe como objeto não submetido integralmente às demandas do bebê. As experiências de desilusão tornam-se pouco a pouco mais frequentes. O código não é mais investido subjetivamente como um prolongamento narcísico, ele se impõe como objeto externo, fora do controle onipotente. A desilusão deve ocorrer progressivamente para que a criança encontre nestas formas verbais, esse espaço de jogo das criações verbais, as quais diferem, tanto da pura alucinação auditiva, quanto do discurso da monotonia da compulsão e identificação mecânica (objetiva). Somente assim haverá condições para que o sujeito fale com as próprias palavras e possa desenvolver, ao longo do processo, a expansão da capacidade de pensamento verbal. (Mattos, 2008, pg. 47-48)

Há uma frase que me impulsionou desde o início e que reapareceu em diversos textos que li: “*é pela e na linguagem que a criança se constitui*” (Kloss, 2013, pg. 79), e, mais recentemente, a frase “o sujeito humano não é mais do que linguagem, e fora dela não é nada” (Jerusalinsky, 2007, pg. 15). São duas colocações de bastante impacto que me remetem aos primeiros “eu” proclamados pelo bebê e à noção de sujeito que está implícita e sua, por conseguinte, diferenciação do outro. Esse falar pressupõe uma inserção no campo da linguagem em que o que é comunicado faz parte de um mesmo âmbito simbólico e, para isso, “é fundamental que ela se coloque no lugar de enunciador, e não somente de objeto do enunciado do Outro, e isso só poderá ser viabilizado pelo exercício das funções parentais”. (Kloss, 2013, pg. 79)

“(…) inserir o outro na linguagem não é ensinar uma língua não, é estabelecer a dimensão simbólica e essa dimensão simbólica é o que, é fazer um significante estar associado ao outro, e aí a língua que vai usar não importa. Tanto que, tanto que muito primitivamente as mães as crianças já começam a se entender só no choro, e se cria uma língua própria. Depois, conforme vai se passando o tempo, vamos dizer assim, a criança vai inventando uma língua para ela e os adultos mais próximos de certa forma vão entendendo e se cria uma pequena forma de comunicação. Cresce-se mais um pouquinho e aí já começa nos adultos ou o grande outro, vamos dizer assim, materializado nessas figuras cuidadoras começa a dizer, olha para viver uma certa exogamia e sair

aqui do nosso pequeno núcleo, tu vai ter que aprender ou abrir mão, abdicar dessa língua que tu inventou para usar um código, né, um código no sistema simbólico que o outro também usa, né, em que sentido a gente precisa transformar au au cachorro que todo mundo entende que é cachorro, mas au-au não necessariamente, hoje em dia já é compreendido, mas as crianças dizem aquele lá é o nanana, ok só aquela dupla ou só aquele pequeno núcleo entende o que quer dizer nanana. Então, eu preciso abrir mão do nanana de banana, banana todo mundo entende e assim tu vai poder estabelecer uma relação com os outros, só que essa língua, qualquer que seja, nunca vai dar conta do todo, porque, apesar da gente usar um sistema, um código linguístico comum, ele é falho, o dicionário não abrange, ele pode conter um certo número né de entrada, de vocabulário, mas ele não consegue conter a dimensão que é pensar e expressar o mundo em que se vive e aí a gente joga e isso pode ser para alguém que fala português ou alguém libras” (trecho da entrevista)

Escrevi até o momento sobre um processo esperado dentro de uma normalidade. Mas e quando se escapa dela? Quando o bebê não escuta o que sua mãe lhe fala, nem seus próprios gritos? Coriat (1997) elabora a importância de o orgânico ser levado em conta, pois somos constituídos pela nossa genética e pelo que é vivido, pelo que é inscrito em nós. “O ABC, as letras que desde o real irão marcar o destino, são escritas pelo Outro no corpo material do bebê” (Coriat, 1997, pg. 153). Tais escritos feitos pelos familiares e pelo Outro serão feitos em diferentes corpos, com diferentes propriedades e possibilidades de resposta.

Quando se depara, então, com um bebê que irá necessitar de maior esforço ou diferentes proposições do que se era esperado – idealizado –, entra-se em um ponto de conflito decisivo para o futuro deste bebê. Há o que se pode chamar de bebê ideal, aquele sonhado pelos pais e nele projetado tudo que para essa família tem de melhor. Tudo que foi impossível para eles, será possível para esse bebê, e ele irá atingir todas essas expectativas. Existe um molde construído pelos pais esperando por ele e é natural esperar que esse molde não sirva, sendo muito pequeno ou muito grande, todos nós estamos fadados a não entrarmos nele, mas quando algo do orgânico se impõe precocemente, há uma quebra nesse molde.

Um bebê que não responde destrói em pouco tempo as competências parentais. O problema poderá não ser psicogênico, mas poderá sê-lo para criar pais incapazes diante desse filho que se torna um ser incompreensível, a respeito do qual os pais não encontram referências subjetivas para lidar com ele. (Tavares, E., E., 2013, pg. 92)

O perigo se torna que deixem de falar com essa criança, deixem de supor ali um sujeito desejante. Jean Bergés (1988) coloca que as questões de um sujeito surdo não diferem tanto e ressalta a importância da imitação por parte deste bebê da figura materna. Com o texto dele, retorno ao que havia provocado em termos do próprio grito que não é ouvido pela criança, um grito que emerge por necessidade e que necessita de uma resposta.

(...) na criança surda, essa resposta não pode ser de ordem fonemática: é o corpo da mãe, seus lábios e todos os seus órgãos fonatórios, seu olhar, sua ternura que respondem: é no olhar da criança e no seu corpo, que recebem e que imitam, que a mensagem se torna linguagem. (Bergés, J., 1998, pg. 31)

É nesse ponto que parece estar muitas das respostas da minha primeira indagação, mas gostaria de levantar também a possibilidade de, além dessa inserção no campo da linguagem, o aprendizado de uma língua é possível de forma plena quando substituimos o português pelo francês, pelo alemão e pela Libras, desde que exista alguém disposto a escrever os sinais neste corpo.

Parto, então, para a segunda indagação: *se psicanálise é a cura pela palavra, qual a prática possível pelo sinal?* Antes de começar este trabalho, eu já tinha algumas hipóteses, ou, pelo menos, a certeza de que é uma prática possível. Minha curiosidade circulava muito mais pensando o que a teoria teria a dizer sobre e quais as possíveis diferenças. Nesse quesito, a conversa com João, que já possui uma experiência nessa área, confirmou o que eu pensava e ampliou ainda mais tais ideias. Ao que se trata da *cura pela palavra*:

“A fala qualquer que seja é sempre uma palavra, a palavra que cura é a palavra que é escutada e escutada naquilo que ela diz. Ou seja, toda e qualquer sujeito que busca o consultório de análise, ele vai se curar quando o analista tiver condições de escutar o que ele tem para dizer e aí vai também da dimensão que é o analista aprender a falar a língua do paciente e mesmo que o paciente fale português, o analista tem que aprender a falar aquele português, do mesmo jeito aprender a falar a

Libras, não porque fala Libras que tá pronto porque cada surdo vai falar a sua Libras, porque aí a gente já não tá nesse código linguístico, a gente já tá numa outra camada, que é a camada né sim, por onde o inconsciente se expressa, vamos dizer assim.” (trecho da entrevista)

O escutar. Palavra bastante batida no meio psicanalítico, o conceito-chave na díade fala-escuta que leva à cura e, de certa forma, uma das principais questões deste trabalho, que, afinal, simplificando-se para termos reflexivos, trata-se da falta da escuta. No final, encontro muitas respostas na elevação desse conceito para além da simplificação. A escuta além do som, tanto por parte do bebê quanto do terapeuta, à qual se conecta a algo imaterial, algo inconsciente.

“(…) e a gente entende que o inconsciente, ele possui uma estrutura tal como uma linguagem também possui, ou seja, inconsciente é estruturado como uma linguagem. Isso é o inconsciente, não é a linguagem nem também é uma linguagem, mas ele tem uma estrutura tal qual e sua estrutura é dada dessa forma de livre associação entre os elementos, deslocamentos, condensações, figurabilidade, e todas essas. E as formações disso, a gente vê nos efeitos de linguagem de uma língua oral ou de uma língua de sinais, de modo que eu posso, algo que trocando uma palavra no português, eu mudo o sinal na Libras e é uma expressão do inconsciente nas duas línguas, de modo que a estrutura do inconsciente se mantém, digamos assim. Então, aí já é aproximação possível e uma desmistificação necessária entre a língua de sinais e português e, por conseguinte, a psicanálise possível em qualquer idioma.” (trecho da entrevista)

3. Considerações finais

Escrever este trabalho durante uma pandemia mundial apresentou diversas limitações e desafios, transformando-o em uma versão mais reflexiva e pessoal do que o projeto inicial. Para discutir surdez, é preciso abordar a infeliz questão do preconceito e da desinformação, esclarecendo alguns mitos e as diferentes formas de abordar o assunto. Distinguindo as abordagens, também situo o leitor ao que defendo, destacando a abordagem

socioantropológica, a qual ressalta a surdez como uma diferença e que vai além de questões médicas que necessitam de cura e sim como uma questão cultural.

Para contextualizar a defesa dessa abordagem, passamos pelo que denominei de percurso para um reconhecimento, um processo histórico que se inicia no Brasil em 1835 e, ao longo de dois séculos, com muita luta por parte de surdos e aliados, chegamos à atualidade. Temos a aprovação da Lei Ordinária Federal nº 10.436, em 24 de abril de 2002, um dos principais marcos nesse período em prol dos direitos surdos. Mesmo com diversos avanços, ainda há muito o que avançar e, para isso, o ambiente acadêmico é um importante aliado para a visibilidade e credibilidade da causa. Com isso em mente, aproximo a causa à outra que já tenho perto do coração, a psicanálise e a constituição psíquica. A breve reflexão realizada neste trabalho propõe-se a ser um pontapé, tanto para meus estudos sobre o tema, quanto para outras pessoas que possam vir a serem mobilizadas por esse escrito. Para além, espero poder fazer a pesquisa inicial e continuar estudando, tanto Libras quanto psicanálise, tornando-me apta a trabalhar com sujeitos surdos. Em amplo aspecto, questiono sobre a ausência deste assunto no curso de graduação da Psicologia, ignorando toda uma população. Sendo ainda mais ambiciosa, junto-me à defesa de que Libras seja ensinada durante o ensino básico e que, com isso, possamos ter uma real inclusão.

4. Referências Bibliográficas

- Araújo, C. C. M., & de Lacerda, C. B. F. (2010). Linguagem e desenho no desenvolvimento da criança surda: implicações histórico-culturais. *Psicologia em Estudo*, 15(4), 695-703.
- Bergès, J. (1988). Doze textos de Jean Bergès. *Escritos da criança n*, 2(2).
- Bisol, C., & Sperb, T. M. (2010). Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 07-13.
- Brito, F. D., Neves, S. L. G., & Xavier, A. N. (2013). O movimento surdo e sua luta pelo reconhecimento da Libras e pela construção de uma política linguística no Brasil. *Libras em estudo: política linguística*, 1, 67-104.
- Campello, Ana Regina, & Rezende, Patrícia Luiza Ferreira. (2014). Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. *Educar em Revista*, (spe-2), 71-92. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.37229>

- Coriat, E., & Jeruzalinsky, J. (1997). *A psicanálise na clínica de bebês e crianças pequenas*. Artes e Ofícios.
- de Almeida, M. P., & Almeida, M. E. (2012). História de LIBRAS: característica e sua estrutura.
- da Silva Thoma, A., & Klein, M. (2010). Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. *Cadernos de Educação*, (36).
- de Souza, M. R. (2008). A psicanálise diante do outro (ou o "inquietante" divã de Procusto). *Psychê*, 12(23).
- Freud, S. (2010). Obras completas volume 14: História de uma neurose infantil: ("O homem dos lobos"): além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). *São Paulo: Companhia das Letras*.
- Jerusalinsky, A. (2007). Falar uma criança. *Escritos da criança. N.º1*.
- Kloss, N. (2013). A voz da e na clínica fonoaudiológica. In Kreisner, B. G., Campogara, C., Loureiro, L., L. e Gleich, P. (Orgs). *Deficiência múltipla: múltiplas interlocuções, interlocução em rede* (1ªed). Local de Edição: Oikos Editora.
- Mattos, M. I. (2008). A psicanálise em interlocução com a linguística e a clínica dos distúrbios da linguagem. In Granã, C. (Orgs), *Quando a fala falta: Fonoaudiologia, Linguística e Psicanálise* (1ª ed). Local de Edição: Casa do Psicólogo.
- Monteiro, M. S. (2006). História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. *ETD-Educação Temática Digital*, 7(2), 292-305.
- Nunes, L. M. (2004). A escrita em gesto: um caso de surdez.
- Ramos, C. R. (2004). LIBRAS: a língua de sinais dos surdos brasileiros. *Disponível para download na página da Ediotra Arara Azul: <http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo2.pdf>*.
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Subjetividades*, 4(2), 329-348.
- Rodrigues, A. F., & Pires, A. (2002). Surdez infantil e comportamento parental. *Análise psicológica*, 20(3), 389-400.
- Silva, A. B. D. P., Zanolli, M. D. L., & Pereira, M. C. D. C. (2008). Surdez: relato de mães frente ao diagnóstico. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 13(2), 175-183.
- Thoma, A.S., & Klein, M. (2010). Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil.

Tavares, E., E. (2013). O espelho quebrado. In Kreisner, B. G., Campogara, C., Loureiro, L., L. e Gleich, P. (Orgs). Deficiência múltipla: múltiplas interlocuções, interlocução em rede (1ªed). Local de Edição: Oikos Editora.

5. Anexos

5.1 Transcrição completa da entrevista

Podemos começar falando um pouco da tua trajetória como profissional, como iniciou o interesse pelo assunto...

Eu sou João Victor, sou profissional psicólogo, fiz a minha graduação pela PUC e depois eu fiz formação em análise pelo Centro de Estudos psicanalíticos de Porto Alegre onde eu sigo como membro associado, auxiliando aos seminários de Jacques Lacan e também participo da instituição Clínica horizontes na Zona Sul onde eu participo coordenando os seminários da formação e também tenho um grupo de estudo sobre Jacques Lacan e também dou supervisão para formação e para estágio lá, essa é a minha trajetória mais formal. Eu comecei a estudar a Libras em meados de 2014, ali foi quando efetivamente comecei a estudar Libras, eu já tinha terminado a faculdade e levei adiante vamos dizer assim um interesse que começou durante a faculdade. Eu, numa disciplina aqui na PUC que se chamava pedagogia terapêutica, uma das atividades foi feita em grupos e cada grupo tinha que falar sobre algum tipo de deficiência, e aí o meu grupo calhou falar sobre a surdez, deficiência auditiva, e a partir daí eu comecei a estudar um pouco sobre o tema e conforme eu ia estudando eu ia também me perguntando como é que funcionava o exercício Clínico psicológico com surdos, se existia algum profissional que atendia surdos, bem comecei a pensar sobre essa dimensão. Quando eu fui apresentar o trabalho junto com o grupo eu perguntei para professora se ela conhecia alguém que falava libras e que atendia surdos, ela disse que conhecia um ou dois e na hora eu pensei eu vou ser dois ou três, eu vou ser um desses aí. Eu guardei essa informação para mim, coincidentemente na mesma época meu irmão e mais três colegas sócios, em função da lei que exigia na empresa que tenha um X de funcionários tem que ter uma pequena porcentagem de PCD como se chama, de pessoa com deficiência, meu irmão e mais três colegas de áreas diversas criaram uma empresa para fazer recrutamento e seleção de PCDs, para cuidar dessa pequena porcentagem que as empresas deviam, e nisso eles também tiveram que aprender a língua de sinais e além de fazer todo processo seletivo e tudo mais eles também ofereciam módulos de introdução, de informação

né sobre o tema em geral e eu de curioso fui fazer um módulo de libras, eu nunca tinha tido contato com surdo nem com libras nem com nada. Começou bem por essa curiosidade em relação ao tema né, uma vez que comecei a tomar conhecimento sobre ele. Fiz o módulo curtinho, aprendi o básico do básico e aí guardei essa informação e depois me formei e aí comecei a atender e tudo mais, foi quando entrei na formação que pensei eu vou levar adiante esse projeto e vou fazer uma clínica com surdos também. E aí descobri que a duas quadras daqui do meu consultório tem uma escola especial para surdos, onde eu fui estudar, em 2014 comecei o curso demorei acho que uns três anos até concluir, três né, tive que interromper um pouco e aí fiz um voluntariado na escola como psicólogo acompanhando tanto um grupo de jovens voluntários quanto assistindo aula da quinta série e para dar uma questão de um olhar e um apoio. E aí fui desenvolvendo a língua, criando um contato com a comunidade surda e aos poucos fui me inserindo na cena, até sendo convidado para dar uma aula na UFRGS sobre o tema e aí né a coisa começou a tomar outro rumo, hoje sigo investindo nisso, mantenho também, uma parcela da minha clínica é de pessoas surdas, e é isso aí, isso é um pouco da minha trajetória.

Tu chegou a ter algum tipo de produção, artigo, como o tema?

A nível acadêmico não, nem publicação de revista nem nada, o que eu fiz foi ao longo da formação em psicanálise se exige uma produção de trabalhos, de monografias a cada ano e no último ano, que é uma produção teórico-clínica eu escrevi um texto, um trabalho sobre o tema, mas não foi para publicação, e isso a produção e publicação é algo que está em suspenso ainda tá acontecendo, tenho escrito e tenho trabalhado material, mas quanto mais afundo eu vou no tema mais amplo vejo que é a questão, então eu já saquei que é um trabalho que vai ser de longo prazo assim, eu não tenho nenhuma pressa em relação a isso, eu não tenho nenhuma não tenho nenhum Qualis, ou CAPES ou qualquer coisa assim ou titulação que eu precise momento, então é algo que tá sendo bem conforme o ritmo das minhas meditações e produção, então é um trabalho de uma vida, pode se dizer assim.

Acho que a gente podia pensar um pouco agora, em psicanálise e surdez, um tema amplo mas se a gente puder navegar um pouco por ele, pelas tuas visões principalmente...

Como posso dizer né, psicanálise e surdez... Depois que eu comecei a me inteirar do tema, desde que alguém me pergunta de qualquer coisa em relação com a surdez, eu, porque

não acho que seja a psicanálise com a surdez, acho que seria psicanálise com libras, com a língua de sinais e compreendendo que a língua de sinais é uma língua tal qual qualquer outra, a gente fazer esse deslocamento psicanálise e surdez, psicanálise e libras, a mesma pergunta poderia ser feita psicanálise e português, quais são as interlocuções, ou psicanálise ouvintismo, os ouvintes né, quais são as relações. Ou seja, se a gente coloca a surdez ou a Libras como forma de estar no mundo no tema da psicanálise ele, ele não ele não precisa ser estranhado por essa dimensão, aí o que eu tenho observado, conversando com as pessoas ou estudando é que o tema parece estranho, vamos dizer assim, porque ele vem como fruto de uma história de preconceito e segregação em relação à pessoa surda e a comunidade surda e o tema né, e a surdez maneira geral, desde que se questionar, a psicanálise é a cura pela fala, né e o divã, são essas máximas psicanalíticas né e a gente vê assim, olha a psicanálise não é a cura pela fala oral, a psicanálise é a cura pela fala e a fala é algo que só pode existir se alguém ouvir o que está sendo dito. Aí não importa a língua que você tá falando porque a Libras é um idioma tal qualquer outro e quem tá disponível a falar essa língua vai tá em condições de escutar o inconsciente permeado por essa camada linguística da Libras, do mesmo jeito que a gente também escuta inconsciente pelo português ou pelo alemão, ou pelo russo, ou japonês sei lá qualquer outro idioma. Então se a gente começa em um primeiro momento a colocar esse par psicanálise e surdez a gente também, se faz necessário desmembrar as raízes preconceituosas que tem no nosso campo, não só a nível teórico-prático, mas também social, vamos começar por aí.

Eu penso assim, quando a gente usa esse termo psicanálise eu parto do princípio que quem, se serve desse significante, também serve daquilo que é uma compreensão do que é inconsciente e, por conseguinte, os seus efeitos, a transferência, as formações do inconsciente maneira geral. Agora isso é diferente de eu atender uma pessoa e estudar os textos que são autores chamados psicanalíticos, sem necessariamente ter uma compreensão ou operar com esses conceitos que são comuns e mais familiares a psicanálise. Acho que a gente tá falando, imagino eu, por onde, por onde navega a escuta, se ela tá permeada por uma dimensão que é a escuta do inconsciente ou não. E aí eu acho que esse é um ponto, vamos dizer assim, fundamental para que possa fazer uma pequena distinção ou até nos orientar o caminho, se a gente compreende que a escuta psicanalítica, dada psicanálise é a escuta do inconsciente a gente também compreende que o inconsciente tem a sua lógica diferente do consciente e por conseguinte, não por conseguinte, e o que a gente encontra disso são os efeitos ou as suas formações, e essas suas formações acontecem né, vamos chamar assim, no consciente através ou dos lapsos da fala, dos atos falhos, ou das piadas chistes, ou a transferência, os sonho e

associações dos sonhos, deslocamentos, condensação que também acontece nos chistes ou nos lapsos. Em outro vocabulário a metonímia e metáfora, isso são fenômenos, ou efeitos do inconsciente que a gente observa numa dada língua, então assim a língua que a gente fala, que os ouvintes, que os surdos falam, não importa qual seja, ela sempre vai ser estrangeira a língua que o inconsciente fala. De modo que a gente sempre tá falando uma língua estrangeira e por isso né que às vezes a gente estranha inclusive o que, que a gente mesmo diz, porque a fala do eu, disso que eu chamo eu, ela tá atravessada ou mais o eu é falado pelo inconsciente e esse inconsciente que fala através do eu, ou por onde o eu fala vamos dizer assim precisa beber de algum código linguístico e esse código linguístico pode muito bem ser o português, alemão como escrevia o Freud, para ser o seu inglês como escrevia o Bion, pode ser o francês como escreveu Lacan, ou a libras.

Quando tu coloca dessa forma de atender em outra língua, parece até algo simples como aprender outra língua, mas penso na questão do estranho, como traz Freud, ao lidar com o diferente...

Como tu colocou de aprender outra língua parece simples, quando tu traz em conjunto toda uma trajetória. Mas essa simplicidade a gente alcança ao desmembrar o que é o estudo psicanalítico, se a gente pega na minúcia, vamos dizer assim né, quando o Freud fala dos chistes ou dos atos falhos ele opera, vamos dizer, na palavra que a gente usa, ou numa troca de uma letra ou numa troca uma palavra, daí o inconsciente vai se manifestando por aí né, então alguém que faz um lapso na fala e troca uma sílaba por outra, tem o famoso exemplo dos chistes que Freud traz em seu livro, que Lacan depois desmembra, acho que no seminário cinco, nas formações do inconsciente e que adicionar uma sílaba outra isso muda o que você tá dizendo, e aí eu fico pensando então como isso acontece na libras, numa língua de sinais, eu tô fazendo esse salto aqui para a gente entrar na minúcia da coisa, para tu falar uma língua de sinais tu precisa usar cinco elementos, sem ordem de prioridade, um deles é a configuração de mão, é o que é o jeito que a tua mão vai estar posicionada, pode ser assim, pode ser assim, as letras do alfabeto, para cada letra tem uma posição de mão, a b c d e mas as configurações de mão elas vão mais longe do que o alfabeto e se eu não me engano as configurações de mão da libras já são 63, então esse é um elemento, o segundo elemento é aonde no espaço tu vai posicionar o teu sinal, se vai ser na cabeça, aonde na cabeça, posso botar no nariz, no olho, na testa, no ouvido, na bochecha ou em cima da cabeça ou embaixo da cabeça, que nem o sinal para ruim ou bom, ou perfume, ou França, eok tem um local a

configuração de mão, o terceiro é se existe algum tipo de movimento na mão, tipo essa configuração abre e fecha ou treme também é uma possibilidade, tecnologia eu pego essa configuração de mão e faço esse movimento. O quinto elemento é a expressão facial ou corporal, aqui a gente cobre os cinco elementos para construir um sinal, esse que eu tô fazendo aqui é o mesmo sinal para sábado e o mesmo sinal para laranja tanta fruta quanto a cor e sábado é o mesmo sinal. “Ah João, mas então o mesmo sinal pode dizer coisas diferentes?”, sim, tão quanto no português olha só, a gente não tem a manga da camisa e a manga fruta? Então só ai né, a gente já quebra um pouco o misticismo que é a língua de sinais, tá então esses cinco elementos, qualquer um desses elementos que eu tô trazendo podem sofrer alguma alteração e se ocorrer alguma alteração tu vai estar fazendo outro sinal ou um sinal que não existe, do mesmo jeito vamos dizer assim, aqui pode tomar aproximação que é, as palavras, se a gente pega uma palavra e quebra ela em sílabas, é mesma coisa vamos dizer assim, aproximado que eu pegar um sinal e quebrar ele nesses 5 elementos e depois ainda posso quebrar a sílaba letra ou posso quebrar a palavra na prosódia, onde é que eu vou colocar o acento da palavra, mudando isso muda o significado da palavra, a mesma coisa os sinais, então muito falho ou um xiste, que no português acontece uma transformação da letra ou da sílaba ou de posicionamento dentro de um texto, na língua de sinais também, mas como a gente não opera com o som, a gente opera com sinais, esses cinco elementos são os equivalentes vamos dizer assim, aquilo que seriam as mínimas parcelas de uma palavra. Então por exemplo, né um exemplo clínico, um paciente meu foi fazer o sinal para mais, fez o sinal de culpa, culpa é assim e mais é assim, olha como é próximo o local, a configuração de mão e o movimento, se eu acentuar o movimento para cima eu tô dizendo mais, se eu acentuar para baixo eu tô dizendo culpa e aí né, em uma mudança de movimento, ou seja, a orientação de um lado ou o outro, ali é uma forma de um ato falho acontecer, onde o paciente queria dizer mais e disse culpa e isso dizia muito mais respeito daquilo que é dimensão histórica dele do que necessariamente o assunto qualquer que a gente estava falando, então esse é um exemplo de um, de alguma nuance vamos chamar assim, não sei se chega a ser um xiste, foi uma expressão do inconsciente ali, poderia dizer que foi um ato falho, então esses são alguns exemplos de como, disso que eu estava dizendo, se a gente entende que o inconsciente, ele possui uma estrutura tal como uma linguagem também possui, né ou seja, inconsciente é estruturado como uma linguagem, isso é o inconsciente não é a linguagem nem também é uma linguagem, mas ele tem uma estrutura tal qual e sua estrutura é dada essa forma de livre associação entre os elementos, deslocamentos, condensações, figurabilidade, e todas essas, e as formações disso a gente vê nos efeitos de linguagem de uma língua oral ou

de uma língua de sinais, de modo que eu posso, algo que trocando uma palavra no português, eu mudo o sinal na libras e é uma expressão do inconsciente nas duas línguas, modo que a estrutura do inconsciente se mantém, digamos assim, então aí já é aproximação possível e uma desmistificação necessária entre a língua de sinais e português e, por conseguinte, a psicanálise possível em qualquer idioma.

Eu posso pressupor pelo que tu trouxe da tua experiência profissional que tu trabalha com Lacan, Freud.. Como tu te baseia na teoria?

Eu estudo psicanálise, né, eu leio bastante Freud, eu leio bastante Lacan mas eu não, eu não crio nenhuma, vamos dizer assim, nenhuma religião psicanalítica. Eu estudo a psicanálise de uma maneira ampla e livre, vamos dizer assim, considerando as produções que foram feitas dentro deste campo, não vejo, como eu posso dizer, nenhum desses autores quaisquer que sejam para mim são tomados como deus no céu e Freud na terra né, palavra do Senhor, graças a Deus, vamos dizer assim, eu não faço uma leitura religiosa nem da teoria nem considero esses autores como tanto, eu prefiro estudar a teoria por afinidade, com aquilo que me identifico, da mesma forma como a gente opta por uma língua para falar, podendo usar várias, os autores também. Eu costumo ler um autor italiano chamado Massimo Recalcati, né que é um que me acompanha e um americano Thomas Ogden e um deles é declaradamente lacaniano e o outro declaradamente bioniano, como a gente resolve isso. Então tem algo que o Lacan diz, acho que no seminário primeiro sobre Freud, ele diz assim, nós acompanhamos o Freud, a gente não segue ele, então se algum momento da jornada a gente achar de bom tom tomar outro caminho, a gente acompanha, então na psicanálise eu acompanho os autores, eu não sigo nenhum deles.

Dentro desse tema, quais leituras que tu recomendaria para quem quer estudar essas questões de libras, linguagem, psicanálise?

Tem um livro, acho que até tenho ele aqui, vou pegar, espera um segundo. Esse livro aqui, *Language in Hand*, do famoso William Stokoe, todas as falas que eu ouvi sobre a Libras e língua de sinais de maneira geral citavam esse cidadão aqui e eu fui atrás para lê-lo, o William Stokoe é um linguista americano que escreve uma teoria, que é pensar porque, e no argumento dele, a língua de sinais veio antes da língua falada, ele diz que antes da gente aprender a falar, né como espécie, ele tem uma vertente mais evolucionistas, o homínideo

desenvolveu uma comunicação por sinais e ele foi de certa forma um militante dentro desse tema da língua de sinais, a ponto de fazer valer a língua de sinais como língua oficial dos Estados Unidos, década de 90 ou 80, agora as datas eu não tenho claro.

E aí lendo ele várias questões que ele apresenta e que ele observava com as línguas de sinais e com os surdos vinha vindo muito de acordo com as questões conforme eu entrava em contato, que é a questão do preconceito, muitas vezes eu ouvi mas o surdo não simboliza e eu digo da onde tu tirou essa informação, porque, “porque é uma língua mais concreta” respondem, conforme a gente vai estudando eu pensei, talvez eu consigo imaginar da onde uma pessoa pode ter tirado essa concepção, imagino que seja do livro *Ego e Idi* do Freud, que em um dado momento, né o Freud fala que existe uma, vamos dizer assim, um caminho que é representação palavra sendo uma certa evolução, então na formação psíquica e a representação palavra é majoritariamente formada por restos auditivos, né que a representação palavras são frutos dessas imagens acústicas que a gente vai absorvendo, claro que lá nos estudos sobre afasia Freud desenha todo um aparelho de linguagem e desmembra a palavra, não só na sua imagem acústica mas também em uma gráfica, ou seja desenhar uma palavra ou escrevê-la, uma imagem motora, o movimento que é escrever uma palavra e essas formas de compor, mas que majoritariamente a representação palavra, que é por onde o consciente passa, que é o pensamento de palavra, diferente da formação, o inconsciente pensa por imagens, vamos dizer assim e o consciente por palavra, então teria essa evolução né, na formação das representações e as representações palavra são então oriundas majoritariamente dessas percepções das imagens acústicas, o que daí se serve então que se a pessoa não tem uma representação acústica logo não, não faz representação de palavra, né, e aí que eu acho que dorme, vamos dizer assim, ou pode ser o ponto fulcral né no desenvolvimento de todo um novo pensamento sobre a frase que tu iniciaste a entrevista, psicanálise e surdez, né porque isso nos leva a colocar em xeque o que que é representação palavra e qual a diferença entre a representação de coisas e de representação que a gente tem dentro da gente né e quando a gente começa a se aproximar dessa dimensão que é uma língua de sinais e a gente vê que o aparato acústico não faz parte, não que não exista, porque é difícil também pensar um surdo totalmente surdo, esse silêncio absoluto é quase como um conceito de pureza da química, não existe né, chega perto mas não existe e coloca em xeque essa dimensão e pensa, bem o que que é isso que é representação palavra ou se necessariamente isso que se chama representação palavra é só acústico ou é na representação palavra que se abre o terreno para, para composição, vamos dizer assim, disso que a gente chama língua, ou um sistema de comunicação entre os pares, porque aí a gente já é arremessado necessariamente por uma

outra questão que é a seguinte, bom quando a gente, bebendo da linguística, a gente lida com significantes né, que Saussure nos ensina, significante é a menor parcela acústica, parece que tem uma fonte aristotélica, se eu não me engano, na letra na letra que está a verdade vamos dizer assim né e a partir daí a gente vai associando uma letra com outra e criando então essa, vamos dizer assim o significante em si não diz nada, ele só diz ligado a outro significante, né a ideia de que o sujeito é um significante (é assim mesmo? Ou significante?) para outro e se a gente começa a lançar mão disso que é a ideia de significante, bebendo um pouco da linguística, a gente vê que o significante não precisa necessariamente ser algo do campo acústico, ele precisa ser uma parcela mínima associada a outra, ganhar um significado e esse significado sempre está inserido dentro de um sistema social, de sistema de códigos que não vem do nada, a gente pode usar das palavras essas da voz oral, da língua oral mas isso não é tudo, é isso não é tudo.

Então, como é que eu posso dizer assim, talvez aí se abra uma fenda, uma cratera quase para gente aprofundar a questão porque por todo esse tempo né é psicanálise vem de maneira geral, ela vem estudando as relações inconscientes etc tomando sempre o sistema ouvintista e a língua falada oral como referência, não que isso impossibilite o trabalho com as pessoas surdas e que falam outras línguas mas isso se torna necessário uma maior abertura e por conseguinte maior complexação do tema, que nos leva essa encruzilhada o que é então uma representação palavra mas o que é uma língua, que efeito uma língua tem na formação do psiquismo e a gente começa a se dar conta que mesmo os ouvintes não falam apenas com as palavras, a gente aponta para as coisas, a gente faz gesto, dizer vem para cá, a gente se mexe, a gente usa também do corpo para emitir um sinal, a gente cruza os braços e faz uma cara feia e isso já é o bastante para comunicar algo, isso não é menos simbólico do que fazer um sinal do tipo oi, então assim, psicanálise e surdez...

O que me dá um respiro é pensar, quando a gente diz a psicanálise é a cura pela fala, a Ana O falou do *talking cure*, que a gente pode ler assim, a cura falada, a cura que fala, a cura pela fala, a tradução do português já nos traz muito significados, e aí o que me dá um respiro depois da gente mergulhar fundo nos confins é pensar, a palavra, ela é algo, ela em si ela não é nada, a palavra só é palavra se alguém escuta, isso que me dá um respiro, para eu falar eu preciso transformar um grito, um urro, um ruído preciso transformar isso ou preciso sofrer tal efeito que esse urro ou ruído ou grito, se transforme em algo que seja um código e esse código ele é, ele não vem comigo, ele me é dado e de certa forma é preciso bioar neste código para poder então de certa forma ganhar também as minhas dimensões, quando a gente diz de inserir o outro, o sujeito na linguagem, inserir sujeito na linguagem a gente não tá falando da

língua, isso muda tudo, é uma sutilezas na forma de compreender essas máximas, vamos dizer assim, esses aforismos né porque inserir o outro na linguagem não é ensinar uma língua não, é estabelecer a dimensão simbólica e essa dimensão simbólica é o que, é fazer um significante estar associado ao outro, e aí a língua que vai usar não importa, tanto que, tanto que muito primitivamente as mães as crianças já começam a se entender só no choro, e se cria uma língua própria, depois conforme vai se passando o tempo, vamos dizer assim, a criança vai inventando uma língua para ela e os adultos mais próximos de certa forma vão entendendo e se cria uma pequena forma de comunicação, cresce-se mais um pouquinho e aí já começa nos adultos ou o grande outro, vamos dizer assim, materializado nessas figuras cuidadora começa a dizer, olha para viver uma certa exogamia e sair aqui do nosso pequeno núcleo tu vai ter que aprender ou abrir mão, abdicar dessa língua que tu inventou para usar um código, né, um código no sistema simbólico que o outro também usa, né em que sentido a gente precisa transformar au au cachorro que todo mundo entende que é cachorro, mas au-au não necessariamente, hoje em dia já é compreendido, mas as crianças dizem aquele lá é o nanana, ok só aquela dupla ou só aquele pequeno núcleo entende o que quer dizer nanana, então eu preciso abrir mão do nanana de banana, banana todo mundo entende e assim tu vai poder estabelecer uma relação com os outros, só que essa língua qualquer que seja nunca vai dar conta do todo, porque apesar da gente usar um sistema, um código linguístico comum ele é falho, o dicionário não abrange, ele pode conter um certo número né de entrada, de vocabulário, mas ele não consegue conter a dimensão que é pensar e expressar o mundo em que se vive e aí a gente joga e isso pode ser para alguém que fala português ou alguém libras.

A fala qualquer que seja é sempre uma palavra, a palavra que cura é a palavra que é escutada e escutada naquilo que ela diz, ou seja, toda e qualquer sujeito que busca o consultório de análise, ele vai se curar quando o analista tiver condições de escutar o que ele tem para dizer e aí vai também da dimensão que é o analista aprender a falar a língua do paciente e mesmo que o paciente fale português o analista tem que aprender a falar aquele português, do mesmo jeito aprender a falar a Libras não porque fala libras que tá pronto porque cada surdo vai falar a sua libras, né porque aí a gente já não tá nesse código linguístico a gente já tá numa outra camada, que é a camada né sim por onde o inconsciente se expressa, vamos dizer assim. O que são daí, dessas primeiras impressões que são registradas no universo do sujeito e que e a gente vai tentar beber da fonte linguística, languageira que nos é aproximado, não sei se ajuda ou atrapalha...

